

## Anexo I do Edital

# TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo nº 23422.004838/2019-69**

## Renovação Licenças Firewall

Foz do Iguaçu, 22 de outubro de 2019

Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CTIC

### **Histórico de Revisões**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
23/10/2019	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Equipe Planejamento
11/11/2019	2.0	Revisão do documento após análise jurídica	Equipe Planejamento
21/11/2019	3.0	Adequação após publicação do Edital	Equipe Planejamento

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019**

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência compor o Edital de Pregão Eletrônico, com vistas a aquisição da **RENOVAÇÃO DE GARANTIA E LICENÇAS PARA FIREWALL**, conforme as especificações e condições constantes deste Termo de Referência.
- 1.2. A aquisição será realizada conforme tabela constante neste Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. **Descrição da solução de TIC**

- 1.3.1. Bens e serviços que compõem a solução:

ID	Descrição	CATSER	Quantidade	Unidade de medida
1	Renovação De Garantia e Licenças Para Firewall composto pelos itens a) PALO ALTO PAN-PA-3020-TP-3YR-R b) PALO ALTO PAN-PA-3020-URL4-3YR-R c) PALO ALTO PAN-SVC-PREM-3020-3YR-R-WBR	111490	1	Unidade

### 2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

- 2.1. O *firewall* é o dispositivo responsável por aplicar as políticas de segurança que fornecem proteção a servidores, estações de trabalho e demais dispositivos conectados em uma rede, com conexões originadas ou destinadas à internet. Ele pode ser composto por software ou software+hardware (*appliance*), permitindo a aplicação de políticas de acesso definidas com base na política de segurança, normativos e necessidades de acesso dos dispositivos conectados a uma rede.
- 2.2. O *firewall* é um equipamento crítico, que se indisponível por falha de hardware ou software, pode ocasionar a interrupção do funcionamento de todas as aplicações, sites, telefonia, banco de dados e correio institucional, justificando o seu funcionamento estar coberto pela garantia e atualizações por parte do fabricante, de modo a satisfazer as necessidades do órgão e garantir a continuidade da prestação de serviços de rede e segurança, a manutenção dos serviços públicos e a prestação de informações de forma eficaz.

- 2.3. Em 20/01/2020 vencerá o prazo de garantia original do APPLIANCE FIREWALL PALO ALTO, modelo PA-3020, adquirido em 2017, sendo necessária a aquisição dos itens deste Termo de Referência para uma nova cobertura de garantia e licenças por um **período de 3 anos**.

### 3. JUSTIFICATIVA QUANTO A INDICAÇÃO DE MARCAS

- 3.1. Foram indicadas as referências e/ou marcas por se tratar de itens que são fornecidos diretamente pelo fabricante do equipamento, sendo que os fornecedores que participam do processo de aquisição respondem somente pela parte comercial, realizando a intermediação entre fabricante e adquirente.
- 3.2. Cumpre ressaltar que a proposição pela aquisição de novas licenças para a solução já existente, com indicação de marca e modelo dos softwares traz enorme vantagem para a Administração Pública, sendo tecnicamente justificável de acordo com o previsto no parágrafo 5º, artigo 7º, da Lei 8.666/93, bem como com o entendimento pacificado do TCU, Acórdão nº 849/2012 – TCU – Plenário:

*ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 85 e 89 do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:*

*9.1 aprovar o presente projeto de súmula, nos seguintes termos:*

*“Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação.”*

#### 3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

O alinhamento estratégico com base no PDI 2013-2017 e PDTIC 2019-2021.

ID	Objetivo Estratégico PDI
1	<b>Objetivo Geral:</b> Desenvolver e apropriar-se de tecnologias da informação, para prover a UNILA de acesso à informação, instalações específicas e equipamentos que supram as necessidades de desenvolvimento institucional.
2	<b>Objetivo específico 1:</b> Diagnosticar as necessidades de infraestrutura de tecnologia da informação, visando atender as demandas identificadas, de acordo com os objetivos institucionais.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
1	OE 5 Aperfeiçoar a gestão de segurança da informação da instituição N2
2	OE 6 Aprimorar a infraestrutura de TIC

ALINHAMENTO AO PDTIC 2019-2021			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
<b>A13.1</b>	Renovar contratos de garantia e/ou licença de equipamentos de disponibilidade crítica - Renovação do Firewall	<b>Ini</b>	6.7: Aprimorar o gerenciamento de configuração da infraestrutura de TIC

3.4. Estimativa da demanda alinhada ao bem já adquirido.

### 3.5. Resultados e Benefícios a serem Alcançados

Resultados a serem alcançados com a contratação
Proteger a rede de dados de tentativas de invasão, bem como o abuso de serviços disponibilizados.
Permitir a identificação de usuários que estejam fazendo o mau uso (de forma consciente ou não) da rede de dados.
Proteger as estações de trabalho dos usuários de vírus, <i>malware</i> e outras ameaças.

Benefícios a serem alcançados	
1	<b>Visibilidade do tráfego da rede:</b> Com o uso desta solução, espera-se manter visibilidade de todo o tráfego que se passa na infraestrutura da UNILA, permitindo que a área de TI seja proativa na detecção de problemas.
2	<b>Proteção avançada:</b> Espera-se garantir um nível altíssimo de segurança no ambiente de TI da UNILA, protegendo contra qualquer tipo de tentativa de invasão ou tentativas de ataque partindo de dentro da rede da instituição.
3	<b>Suporte Tecnológico:</b> Manter sobre contratos de manutenção e suporte equipamentos de alta criticidade, essenciais para o desempenho das atividades institucionais.

### 3.6. Classificação Dos Bens Comuns

3.6.1. Os produtos que serão adquiridos, por estarem disponíveis no mercado, se enquadram na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 10.520/2002.

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos de Negócio

Os requisitos de negócio definem as necessidades e os aspectos funcionais da Solução de Tecnologia da Informação.

<b>Id</b>	<b>Funcionalidades</b>
<b>1.</b>	Proteger a rede de dados de tentativas de invasão, bem como o abuso de serviços disponibilizados.
<b>2.</b>	Permitir a identificação de usuários que estejam fazendo o mau uso (de forma consciente ou não) da rede de dados.
<b>3</b>	Proteger as estações de trabalho dos usuários contra o ataque de vírus, <i>malware</i> e outras ameaças.
<b>4</b>	Manter a disponibilidade da internet e de todos os serviços publicados pela UNILA, como o site e o correio institucional.

#### **Macro Requisitos Tecnológicos da Solução de TIC**

<b>1</b>	A solução deve proteger os sistemas da UNILA em tempo real e prover visibilidade granular das tentativas de ataques;
<b>2</b>	A solução deve prover alta disponibilidade no ambiente, de forma com que falhas físicas não interfiram na disponibilidade dos sistemas e Internet;

### 4.2. Requisitos Legais

4.2.1. Atendimento aos princípios constitucionais da Administração Pública, e as seguintes normas:

4.2.1.1. LEI nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1.993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.2.1.2. INSTRUÇÃO NORMATIVA IN SGD/ME nº 1, de 2019. Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

4.2.1.3. DECRETO nº 8.194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014, Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2.1.4. DECRETO nº 8.135, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013: Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

4.2.1.5. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014 – Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

### **4.3. Requisitos de Manutenção**

4.3.1. Os chamados deverão ser abertos diretamente com a CONTRATADA, através de ligação telefônica 0800 no idioma Português. Também deverá ser possível abertura de chamados via website ou e-mail durante a vigência **da garantia (3 anos)**.

### **4.4. Requisitos Temporais**

4.4.1. O prazo máximo de entrega é de 30 (trinta) dias corridos para produtos nacionais ou até 45 (quarenta e cinco) dias corridos para produtos importados, contados da solicitação de fornecimento, via e-mail, com a Nota de Empenho em anexo.

### **4.5. Requisitos de Segurança**

4.5.1. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da UNILA e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido deste instituto no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

### **4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- a) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- b) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

### **4.7. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

Item 1-Renovação De Garantia e Licenças Para Firewall

a) PALO ALTO PAN-PA-3020-TP-3YR-R

- 1. -Renovação da licença de threat prevention;
- 2. Prazo de cobertura de 3 anos, iniciando em 20/01/2020.
- 3. Deverá ser adicionada ao equipamento Palo Alto PA-3020 com número de série 001801043532.

**b) PALO ALTO PAN-PA-3020-URL4-3YR-R**

1. Licença de URL filtering;
2. Prazo de cobertura de 3 anos, iniciando em 20/01/2020.
3. Deverá ser adicionada ao equipamento Palo Alto PA-3020 com número de série 001801043532.

**c) PALO ALTO PAN-SVC-PREM-3020-3YR-R-WBR**

1. Serviço de suporte técnico, prestados através de e-mail e/ou telefone, com prazo máximo de resposta inicial de 24 horas;
2. Prazo de cobertura de 3 anos, iniciando em 20/01/2020;
2. Deverá cobrir o equipamento Palo Alto PA-3020 com número de série 001801043532.

**4.8. Requisitos de Implantação**

- 4.8.1. As licenças e/ou chaves de ativação dos itens deverão ser enviadas em e-mail a ser informado no momento da solicitação de fornecimento;
- 4.8.2. As licenças e/ou chaves de ativação, logo após serem recebidas, serão conferidas junto ao fabricante, a fim de que seja comprovada a autenticidade dos itens;

**4.9. Requisitos de Garantia**

- 4.9.1. O tempo de garantia do produto será de 03 anos, a contar da data de sua ativação;
- 4.9.2. Durante o prazo de garantia, deve ser possível realizar a atualização do sistema operacional do equipamento, além de permitir atualizações dos conteúdos das licenças adquiridas neste edital;
- 4.9.3. A garantia deve incluir envio de peças ou equipamentos de reposição nos locais especificados neste termo de referência, obedecendo à modalidade NBD (Next Business Day);
- 4.9.4. No caso de problema recorrente no mesmo hardware, em um período inferior a 3 (três) meses, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento;
- 4.9.5. Toda e qualquer despesa referente ao deslocamento do equipamento será custeada pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;
- 4.9.6. O suporte deverá ser na modalidade de 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), com atendimento através de ligação telefônica para atendimentos emergenciais; a CONTRATADA poderá repassar o chamado ao fabricante, mas deverá realizar o acompanhamento até a sua finalização.

**5. RESPONSABILIDADES**

**5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;



- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, dentro dos prazos preestabelecidos no edital e seus anexos;
- 5.1.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 5.1.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.12. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.13. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 5.1.14. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do

Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no termo de referência e seus anexos, acompanhado da sua respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.2.9.1. O objeto deve estar acompanhado do manual de usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.2.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.2.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos

documentos relativos à execução do empreendimento.

5.2.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

5.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores de flutuações cambiais.

### **5.3. Da Subcontratação**

5.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **5.4. Da alteração subjetiva**

5.4.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.5. Notificar a CONTRATADA da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

## **7. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

7.1. Ordens de Serviço/Fornecimento de Bens, e-mails, ofícios.

## **8. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

8.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do encaminhamento da Ordem de Serviço em remessa única no endereço de e-mail a ser informado na solicitação.

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6. Procedimentos de Teste e Inspeção: Verificar junto ao fabricante se suporte ativo esta de acordo com o TR.

## **10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

10.2.2. multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. multa compensatória de 5 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Termo de Referência.

10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

<b>Id</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Glosa / Sanção</b>
1	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se

	para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de <b>10%</b> do valor da contratação.
2	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
3	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
4	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de <b>5%</b> sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de <b>16 horas úteis</b> .	Multa de <b>0,01%</b> sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela CONTRATANTE, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de <b>0,02%</b> do valor total do Contrato.
8	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
9	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública,

	adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da CONTRATANTE.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 % do valor total do Contrato.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

11.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100) / 365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	---------------------	--

## 12. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	Renovação De Garantia e Licenças Para Firewall composto pelos itens a) PALO ALTO PAN-PA-3020-TP-3YR-R b) PALO ALTO PAN-PA-3020-URL4-3YR-R c) PALO ALTO PAN-SVC-PREM-3020-3YR-R-WBR	1	Unidade	R\$ 194.055,00	R\$ 194.055,00

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1. A despesa decorrente da execução dos serviços, objeto deste pregão, correrá à conta dos recursos consignados à CONTRATANTE.

Fonte de Recursos: 8108

Plano Interno: MVINCG0100N

Natureza da despesa: 44.90.40

## **14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## **15. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

15.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **16.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

16.1.1. De acordo com o Art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério

de menor preço global, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos itens em tela.

## **16.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

16.2.1 Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, será aplicado o previsto no Decreto nº 7.174/2010 e Lei Complementar nº 123/2006.

## **16.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

16.3.1. Deve ser apresentado atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito privado ou órgão público, comprovando que a licitante é apta a instalar, configurar e prestar suporte técnico das soluções que constam neste edital.

## **17. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Despacho Nº 5.198/2019/CCCL/PROAGI.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

**Eliezer de Siqueira**  
Chefe da Divisão de Infraestrutura  
De Redes e Telefonia - DIRT  
Siape: 2145570

**Márcio Fernandes da Costa**  
Chefe da Divisão de Serviços Corporativos  
e Segurança – DISEG  
Siape: 2143233

**Karis F. Diedrich**  
Seção de Administração do Parque de T.I.  
SIAPE: 2164071

### **Autoridade Máxima da Área de TIC**

**Ruminiki Pavei Schmoeller**  
Coordenador de Tecnologia da Informação  
Siape:1939682

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>
------------------------------

Euzébio Dias de Oliveira Pró reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura em exercício 2147153
--

Foz do Iguaçu, 11 de novembro de 2019.